

TERCEIRA GERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

07-11-98

[Comunidades rurais tornam-se mais desenvolvidas incorporando o setor terciário]

[No Primeiro Mundo, as regiões mais dinâmicas são as “relativamente rurais”]

Em todas as regiões do Brasil há espaços nos quais as perspectivas de desenvolvimento permanecem inteiramente ligadas à exploração mais produtiva de recursos naturais, isto é, à maior eficiência em atividades agropecuárias, florestais, minerais ou pesqueiras. Mas também é verdade que em todas essas regiões há espaços rurais cujas chances de desenvolvimento pouco têm que ver com atividades primárias. Em alguns, as saídas dependem da possibilidade de atrair investimentos industriais. Em outros, estão mais diretamente vinculadas à capacidade de oferecer serviços a consumidores de alta renda, atraídos pelas riquezas naturais que tendem a ser cada vez mais valorizadas: ar puro, água limpa, belas paisagens e silêncio. Por isso, o desenvolvimento de inúmeras áreas rurais tenderá a depender muito mais da segmentação de mercados locais ou regionais impulsionada por residentes temporários, turistas, esportistas, aposentados, etc., do que de padronizados mercados nacionais ou externos que absorvem commodities e manufaturados.

No primeiro mundo, as comunidades rurais que hoje apresentam os maiores índices de desenvolvimento são as que fazem parte dessa terceira geração, e não as que foram condenadas (ou se deixaram iludir) por passageiras vantagens comparativas de atividades primárias e industriais. E a razão não poderia ser mais óbvia: o chamado setor “terciário” continua a expandir oportunidades de geração de renda (emprego e auto-emprego), enquanto nos outros dois só diminui a necessidade de trabalho. A rigor, essa classificação em três setores já deixou de ter serventia, uma vez que o desafio é justamente entender as complexas relações que ligam inúmeras novas formas de serviços aos investimentos em atividades primárias e secundárias. Mas é inegável que as ocupações ditas “terciárias” são indicadoras de maior dinamismo.

A possibilidade de participar integralmente dessa terceira geração do desenvolvimento rural é diminuta para localidades que já se tenham comprometido com sistemas produtivos primário-industriais de maior impacto ambiental. Em certos casos até poderá haver reconversão. Mas quase todas as comunidades que tomaram as duas primeiras gerações como se fossem as únicas trilhas do desenvolvimento terão que se contentar em tirar o máximo proveito dos atrativos que nelas prevalecem: frouxa regulamentação, pouca fiscalização,

debilidade sindical e baixos salários, além das indispensáveis infraestruturas e renúncias fiscais. Ou seja, para a maioria desses espaços rurais nos quais a qualidade ambiental já está comprometida, é ainda mais importante entender bem as relações que eles já estabeleceram com as cidades. Quando dependem apenas de importações realizadas por alguma longínqua região metropolitana (do país ou do exterior) suas economias tendem a ser tão passivas que o desenvolvimento rural vira uma miragem. Mas isso não ocorre com as comunidades rurais que podem ter laços econômicos privilegiados com as cidades de sua própria região (como ficou patente, aliás, na semana passada, em Maringá, durante a 6ª Reunião Especial da SBPC dedicada a pesquisas sobre “Cidades de Médio Porte”). Nestes casos, o progresso social de áreas rurais pode ocorrer por três vias básicas: por geração de novos polos de crescimento voltados à produção de bens que antes vinham de cidades longínquas; por associação de várias áreas rurais com esse mesmo propósito; e por inovações tecnológicas em transportes e telecomunicações que aumentem o raio de influência do dinamismo econômico de cidades de médio porte já existentes, alterando assim o sentido tradicional do termo “adjacência”.

No primeiro mundo, as regiões mais dinâmicas (leia-se, que mais geram emprego) não são as regiões essencialmente urbanas, nem essencialmente rurais, e sim aquelas onde essa “adjacência” entre espaços urbanos e rurais é mais intensa. Exatamente as regiões que a OCDE passou a classificar como “relativamente rurais”, nas quais entre 15% e 50% dos habitantes vivem em comunidades rurais (assunto comentado aqui em 29/8). No Brasil, enquanto as políticas governamentais continuarem bitoladas pelas duas primeiras gerações do desenvolvimento rural, além de separá-lo do desenvolvimento urbano como se fossem compartimentos estanques, faltará coerência estratégica para programas que podem estar sendo realizados com as melhores intenções, mas que no futuro serão vistos como péssimas apostas. Pior ainda será perceber que milhões de famílias hoje vivendo exclusivamente de atividades agropecuárias, mas que tendem a se tornar cada vez mais pluriativas, foram condenadas a depender de caridade, apesar de constituírem um dos principais trunfos do desenvolvimento rural. E será inevitável que isso aconteça se o debate público sobre o campo continuar rebaixado a uma mesquinha discussão sobre o tamanho ideal do lote a ser distribuído por uma quimérica reforma agrária. Para o processo de desenvolvimento rural brasileiro, as atuais ações de assentamento, erroneamente chamadas de reforma agrária, por si só não passam de gotas no oceano. Mas poderão deixar de sê-lo se devidamente articuladas a um amplo programa de fortalecimento da agricultura familiar, voltado às cidades de médio porte, e claramente orientado para a pluriatividade intrínseca à terceira geração do desenvolvimento rural.